

## ***LÉSBICAS TAMBÉM TRANSAM: disputas sobre a visibilidade das lesbianidades no Instagram<sup>1</sup>***

### ***LESBIANS ALSO HAVE SEX: disputes around lesbian visibility on Instagram***

Joana Ziller<sup>2</sup>

Dayane do Carmo Barretos<sup>3</sup>

**Resumo:** Nossa proposta neste trabalho é apresentar e problematizar as tensões que envolvem as lesbianidades, especialmente as práticas sexuais entre mulheres. Partimos de uma reflexão acerca das múltiplas invisibilidades que permeiam as vivências lésbicas para adentrar nas disputas em torno do significado das lesbianidades. Construimos um entendimento das lesbianidades como identidade e como prática. Observamos, então, postagens na plataforma Instagram que exploram temas ligados ao sexo lésbico para compreender as expressões das lesbianidades que estão ali presentes.

**Palavras-Chave:** Lesbianidades. Lésbicas. Sexo. Instagram. Plataforma.

**Abstract:** Our proposal in this work is to present and problematize the tensions that involve lesbianities, especially sexual practices among women. We reflect about the multiple invisibilities that permeate lesbians experiences and disputes over the meaning of lesbianities. We made an understanding of lesbianities as a identity and as a practice. Then we observed posts on Instagram platform that explored themes related to lesbian sex to understand the expressions of the lesbianities.

**Keywords:** Lesbianities. Lesbians. Sex. Instagram. Platform.

---

## **1. Introdução**

Durante a reforma do código civil inglês, no século XIX, consta que, em meio aos debates em que se decidiu pela permanência da sodomia como crime, a Rainha Vitória teria sido questionada sobre a punição para os casos em que mulheres se relacionassem sexualmente com outras mulheres e respondeu: isso não existe (MICCOLIS & DANIEL, 1983)!

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Gêneros e Sexualidades do XXIX Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 23 a 25 de junho de 2020

<sup>2</sup> Doutora, Professora Departamento de Comunicação Social da UFMG e pesquisadora permanente do PPGCOM/UFMG, coordenadora do Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL) do NucCon/UFMG, [joana.ziller@gmail.com](mailto:joana.ziller@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, membro do Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL) do NucCon/UFMG, [dayanecbarretos@gmail.com](mailto:dayanecbarretos@gmail.com).

A percepção da rainha se baseava no entendimento de que era impossível que a mulher usufruísse de qualquer tipo de prazer sexual, o sexo era um dever a ser cumprido. Do século XIX para cá, algo desse imaginário permaneceu. Principalmente, as noções do sexo como falocêntrico e da secundarização do prazer das mulheres.

Tais ideias, que são anteriores à Rainha Vitória, seguem influenciando o imaginário constituído ao redor do sexo entre mulheres - visto aqui como relacionado às lesbianidades<sup>4</sup> tomadas de modo amplo, como identidade e como prática. Não por acaso, paira sobre nós a ideia de que lésbicas não transam. Por que (e como) o faríamos, a partir de corpos constituídos pela dupla ausência - do falo e do prazer?

Esse imaginário, incongruente às imagens publicadas nos perfis de mulheres lésbicas no Instagram que compõem nossa análise, nos parece bastante marcado pela norma de gênero. Partiremos, assim, da discussão da heteronormatividade, pensando como a ideia do papel do sexo para as mulheres conforma parcialmente as noções das (ausência de) práticas sexuais nas lesbianidades.

Para tal, empreendemos uma revisão bibliográfica na parca produção nacional sobre o tema das lesbianidades. Contraditoriamente, os apenas 41 artigos relativos à temática que constam no portal Capes, reforçando a invisibilidade do tema, trazem fortemente à tona a questão das práticas sexuais como um dos elementos delimitadores das lesbianidades. Ou seja, ao mesmo tempo em que a revisão bibliográfica evidencia a invisibilidade das lesbianidades, também joga luzes sobre o fato de que sim, transamos - e este é um elemento presente nos textos, ainda que não deva ser tomado como único definidor.

Assim, defendemos que a invisibilidade social do sexo entre mulheres não é uniforme. Há espaços de resistência em que o sexo tem lugar, aparece. Neste texto, isso fica claro tanto ao tratarmos dos artigos acadêmicos voltados à discussão das lesbianidades, quanto ao enfocarmos perfis do Instagram publicados por mulheres que se identificam como lésbicas.

A disputa pela visibilidade das imagens sexuadas publicadas por esses perfis no Instagram é discutida a partir da ideia de plataforma – o Instagram é tomado como parte constitutiva dos fluxos sociais, em camadas de cunho sócio-político-econômico (VAN DJICK, 2013, 2018; GILLESPIE, 2018). A visibilidade é vista, assim, como política, assim como a invisibilidade.

---

<sup>4</sup> Usamos lesbianidades, no plural, quando se trata da nossa percepção, referente a uma vivência múltipla e, no singular, respeitando a grafia em outros textos.

## 2. Entre invisibilidades

Inspirada pela associação cristã Eu Escolhi Esperar, que tem como política central a abstinência sexual até o casamento, a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, desenvolveu uma campanha que prega a abstinência como método contraceptivo, a fim de prevenir a gravidez na adolescência. Em meio aos debates acerca da efetividade e da validade da campanha, que não se ancora em nenhuma evidência científica, a mensagem “Tudo tem seu tempo” já circula nas redes sociais do governo.

A polêmica demonstra pelo menos duas coisas. A primeira, que o discurso conservador sempre volta a promover cruzadas contra a liberdade sexual, atacando o sexo fora do contexto da família conceituada como tradicional como algo imoral que deve ser combatido. A segunda é que a invisibilização é uma ferramenta utilizada para deixar determinados assuntos fora do debate necessário, fingir que não existem, que não ocorrem, para que sequer sejam uma possibilidade.

O discurso da abstinência sexual é sintomático. Baseando-se em uma lógica que defende que o sexo deve ocorrer apenas no contexto do casamento e com fins de procriação, ele delimita o sexo por prazer como prática condenável. Indo mais a fundo, o prazer da mulher torna-se descartável dentro dessa perspectiva, uma vez que, para que o objetivo (a procriação) seja alcançado, o homem precisa gozar, mas a mulher, não. No limite, o sexo visto como uma tarefa a ser cumprida com finalidades objetivas, como a manutenção da espécie, dos contingentes de defesa territorial, da força de trabalho (FOUCAULT, 1988) reforça um questionamento ético sobre a busca do prazer sexual por mulheres.

Rubin (2017) empreende uma discussão fundamental acerca dos modos como a sexualidade é permeada por dinâmicas políticas e sociais complexas, assim como conflitos de interesses, tornando-se um produto da atividade humana importante de ser discutido. “Nesse sentido, o sexo é sempre político. Mas há também períodos históricos em que as discussões sobre a sexualidade são mais claramente controvertidas e mais abertamente politizadas. Nesses períodos, o domínio da vida erótica é com efeito renegociado” (RUBIN, 2017, p. 64). Desse modo, em maior ou menor grau, o sexo sempre volta ao debate em uma perspectiva política, revestido de moralidade, apontando para as práticas sexuais como formas de qualificar sujeitos socialmente.

Rich, em um diagnóstico que, apesar de feito há 40 anos, é assustadoramente atual, aponta que “as mensagens da Nova Direita às mulheres têm sido, precisamente, de que nós somos propriedade emocional e sexual dos homens, e que a autonomia e a igualdade das mulheres são uma ameaça à família, à religião e ao Estado” (2019, p. 28). Tal reflexão joga luzes sobre a relação entre as instituições que sustentam a sociedade e a necessidade da manutenção de uma lógica de submissão e dependência das mulheres com relação aos homens.

É partindo desse contexto que Rich (2019) desenvolve sua discussão acerca da heterossexualidade compulsória que, estrategicamente, apaga a possibilidade da homossexualidade feminina. Nas palavras de Rich (2019, p. 63) “um dos muitos mecanismos de imposição é, naturalmente, tornar invisível a possibilidade lésbica, um continente submerso que aparece de forma fragmentada de vez em quando, mas que logo submerge novamente”. Desse modo, o reforço reiterado da heterossexualidade como única via possível seria uma forma de “assegurar o direito dos homens de acesso físico, econômico e emocional” (RICH, 2019, p. 63).

Outras autoras contribuíram para o debate sobre a heterossexualidade compulsória, escancarando as dimensões de poder que envolvem esse aspecto tão naturalizado da vida dos sujeitos. Segundo Segato (1997) o modelo heterossexual é a matriz primeira de poder, o primeiro registro do poder na experiência social e na vida do sujeito. Já Wittig (1980) denuncia os modos como os discursos são formados pelo pensamento heterossexual, nos oprimindo na medida em que nos impede de falar (e até de ser) se não nos termos deles: “serás hétero ou não serás” (WITTIG, 1980, p. 10).

Esse raciocínio traz à tona a busca por um apagamento das práticas sexuais lésbicas<sup>5</sup> como parte da busca da manutenção da heterossexualidade compulsória. De forma sutil e sofisticada, a heterossexualidade se mantém hegemônica, na medida em que apaga o seu caráter contingente também através da reiteração de uma lógica sexual falocêntrica como padrão. Desse modo, produções em que aparecem expressões das práticas sexuais lésbicas, além de retirá-las de uma invisibilidade, denunciam essa lógica heteronormativa e arbitrária, que incide sobre os corpos como verdade.

---

<sup>5</sup> Falamos apenas do apagamento das práticas sexuais ligadas às lesbianidades em função do escopo do artigo, mas a heterossexualidade compulsória (RICH, 2019) ou como sistema (WITTIG, 1980) se opõe a outras formas de sexualidade, como os gays e bissexuais, e de identidade de gênero, como as pessoas trans e não binárias.

Há ainda uma outra operação de invisibilidade relevante para a discussão aqui proposta: o armário. Sedgwick (2007) aponta para o fato de que o ato de sair do armário é constante, não saímos apenas uma vez na vida, mas o tempo todo, em contextos diversos, de modo que, o armário torna-se uma presença formadora na vida das pessoas homossexuais. Da mesma maneira, é também comum que permaneçamos no armário quando é economicamente ou institucionalmente importante, em ambientes e cenários em que se assumir traria consequências com as quais nem todas podem lidar. Nesse sentido, a invisibilidade opera de forma extremamente sofisticada, tornando-se estratégica até mesmo para quem sofre com ela.

Curiosamente, a crescente energia com a qual foi reprimida foi proporcional à crescente visibilidade da possibilidade do desejo pelo mesmo sexo (SEDGWICK, 2007). De maneira que todo o estardalhaço feito para garantir que tais sexualidades fossem constituídas como segredo foi a chave para sua reverberação. Podemos observar claramente essas nuances na reflexão que propomos aqui, uma vez que mesmo com os constantes apagamentos sociais, as lesbianidades encontram expressão entre as mulheres lésbicas em determinados espaços.

Segundo Rubin (2017, p. 78) “dominado por mais de um século pela medicina, pela psiquiatria e pela psicologia, o estudo acadêmico do sexo tem reproduzido o essencialismo”, sendo entendido como uma força natural imutável. Na contramão desse entendimento, Foucault (1988) argumenta que os desejos não são entidades biológicas que pré-existem ao social, mas sim constituídos no âmbito de práticas sociais diferentes ao longo da história. Essa mudança de perspectiva é fundamental para que possamos entender que o sexo, mais do que algo que se deriva de um instinto natural e biológico, é perpassado por disputas de poder, permitindo assim investigar essas disputas.

Nesse esteio, Rubin (2017) convida a reconhecer a dimensão política da vida erótica, o que permite tensionar os entrecruzamentos do apagamento das práticas sexuais entre mulheres e de um projeto de sociedade heterocentrado, de modo que, se a sexualidade de mulheres em geral já é invisibilizada cotidianamente, no caso das mulheres lésbicas isso se torna ainda mais acentuado. Em contrapartida, é também ao reconhecer essa dimensão política que se torna possível refletir sobre as potencialidades das produções que abordam as práticas sexuais lésbicas na elaboração das nossas vivências.

A autora argumenta que a opressão das lésbicas se difere da opressão das mulheres heterossexuais, uma vez que as mulheres lésbicas também são oprimidas com base na classificação de suas práticas homossexuais consideradas perversas. Para Rubin (2017) essa

seria uma operação de estratificação sexual e não simplesmente de gênero, uma vez que há penalidades sociais que incorrem com base em práticas eróticas destoantes. “A sexualidade, assim como o gênero, é política. Ela está organizada em sistemas de poder que recompensam e incentivam alguns indivíduos e atividades, ao mesmo tempo que punem e suprimem outros.” (RUBIN, 2017, p. 127).

Sendo assim, podemos concluir que mulheres lésbicas enfrentam penalidades sociais advindas tanto de uma opressão pelo gênero, como pela sexualidade dissidente e suas práticas sexuais. Conforme afirmam Wermuth e Canciani (2018), as lésbicas sofrem preconceito triplicado: pela condição de gênero, por não corresponderem ao comportamento socialmente estabelecido e determinado e pelo entendimento de que elas estariam disputando o espaço reservado ao homem.

Perguntas que mulheres lésbicas ouvem com frequência questionando, por exemplo, quem é o homem da relação, demonstram a busca pelo enquadramento normativo das lesbianidades, como se a vivência dos casais lésbicos coubesse perfeitamente no esquema heterocentrado que serve como base para a constituição da sociedade. Não por acaso, Wermuth e Canciani lembram que “muitas vezes, casais de lésbicas reproduzem uma divisão generalizada de papéis sexuais, exemplo da dificuldade de situar um indivíduo fora do contexto em que ele se forma” (2018, p. 1368). Assim, apesar da ideia de que a lesbianidade rompe com os padrões heteronormativos, como discutiremos adiante, se identificar como lésbica ou praticar sexo com outras mulheres não é suficiente para que os padrões de ação e de inteligibilidade heteronormativos deixem de operar em nosso cotidiano.

Além dos padrões de relacionamento, a heteronormatividade incide no debate e nos cuidados voltados à prática do sexo. Facchini (2008) afirma que muitas práticas sexuais realizadas por mulheres não são consideradas sexuais, tanto pelo senso comum, quanto por profissionais da saúde. Essa é uma questão especialmente problemática, pois afeta o acesso e o atendimento à saúde das mulheres. A ida ao ginecologista, por exemplo, pode ser mais difícil para as mulheres lésbicas e bissexuais, uma vez que, pelo próprio desconhecimento de profissionais da saúde, em determinados casos elas são instruídas de que não há a necessidade da realização de exames de rotina para mulheres heterossexuais, como o Papanicolau, ou até mesmo têm sua virgindade e vida sexual questionadas.

Facchini e Barbosa (2009) mostram que muitas mulheres que fazem sexo com mulheres (MSM) relatam experiências negativas e dificuldades em acessar cuidados ginecológicos.

Lésbicas que se consideraram mais masculinizadas e que nunca tiveram relação sexual com homens, por exemplo, acreditavam não haver a necessidade de ir com frequência ao ginecologista. Outro dado importante diz respeito à crença de que não há tanto risco de transmissão de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) nas relações sexuais entre mulheres, quanto no caso de sexo com homens, sendo que tal percepção aparecia de forma vinculada à ideia de que o homem seria mais “promíscuo” e “sujo” - remetendo, novamente, à ideia de que o sexo não estaria tão presente entre mulheres.

Um caso especial merece nossa atenção: a ideia de que é impossível ocorrer a transmissão do vírus HIV através do sexo entre mulheres. Comum entre médicos, a afirmação foi recentemente reiterada pelo médico Dráuzio Varella, que frequentemente assume posição de defesa das sexualidades dissidentes. Varella publicou um vídeo em que afirma ser “uma raridade absoluta, se é que existe” a transmissão do vírus da Aids entre mulheres<sup>6</sup>. O caso é importante pois demonstra que a invisibilização do sexo entre mulheres promove um desconhecimento acerca das singularidades que as envolvem, chegando a causar um risco para a saúde, para além de todas as outras problemáticas de caráter social.

### 3. Lésbicas: quem somos, o que comemos

Para entender melhor o que se percebe como lesbianidade contemporaneamente no Brasil, planejamos a tradicional revisão bibliográfica. Para nossa (não tão grande) surpresa, o levantamento no Portal Periódicos aponta a presença de apenas 41 artigos como resultado da busca pelo termo *lesbianidade*. A pequena quantidade de retornos é mais um indicador da invisibilidade cotidiana das mulheres lésbicas e de como ela alcança também a produção acadêmica. Para se ter uma ideia de quão significativamente pequena é essa resposta, fizemos buscas de outros termos relacionados à temática da sexualidade.

Considerando apenas resultados em português, a busca pelo termo *sexualidade* no Portal Periódicos retorna 5.442 artigos; o termo *gay*, 1.907 artigos; *homossexualidade*, 955;

---

<sup>6</sup> Segundo Almeida (2009), o argumento utilizado para mostrar que o risco de uma mulher infectar outra seria mínimo parte do entendimento que a secreção vaginal conteria uma menor concentração do vírus HIV do que o esperma masculino, no entanto, deixa de lado aspectos fundamentais como a carga viral e as características da relação sexual, uma vez que no caso de lacerações e sangramentos, a infecção é facilitada.

LGBT, 587; *teoria queer*, 452; *travesti*, 272; *lésbica*, 254; travestilidade, 57. Vale ressaltar que, ainda que tenhamos analisado os 41 resultados com *lesbianidade* obtidos no portal, se aplicássemos o mesmo filtro de idioma, a quantidade de artigos retornada seria de 31.

É certo que os termos acima são usados de maneiras diversas, têm amplitudes diferentes, ocupam lugares distintos em nosso idioma. Entretanto, a grande disparidade aponta, como já dissemos, para a invisibilidade das lesbianidades na sociedade como um todo e, nesse caso, no universo das discussões sobre gênero e sexualidade. Boa parte dos textos que se propõem a analisar questões LGBT ou relacionadas à homossexualidade se volta aos homens gays, tomando-os como representantes de uma discussão que apresenta diferenças intrínsecas muito profundas, bastante registradas na história dos movimentos LGBTs (GREEN, QUINALHA, CAETANO, FERNANDES, 2018). Se é improvável pensar numa unicidade para a categoria gay, ainda mais o é se tomarmos conjuntamente a ela lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

Ainda é preciso pensar que a pouca visibilidade das lesbianidades é marcada ao menos por uma dupla hierarquização, relativa ao gênero e à orientação sexual (ROJAS, 2016; OLIVEIRA & MESQUITA, 2018). Mas essa dupla hierarquização vale apenas para as lésbicas jovens, brancas, magras, fora do rol das pessoas com deficiência etc. Ou seja, há outras hierarquias sobrepostas nas vivências de mulheres lésbicas - assim como de homens gays, pessoas bissexuais, travestis, transexuais, não binárias, entre outras.

### 3.1 - O que se entende por lesbianidade

Dos 41 artigos apresentados pelo Portal Periódicos para a busca pelo termo *lesbianidade*, apenas 33 se encaixam de fato no escopo pretendido. Entre esses, a discussão sobre o que se entende por lesbianidade estava presente em uma pequena parcela. Muitos dos textos partem de uma autoidentificação prévia para discutir aspectos ligados à vida de mulheres lésbicas - nossa atuação profissional (MACIEL & GARCIA, 2015; CAPRONI NETO & BICALHO, 2017), nossa inserção política (SILVA, 2018; LEITE, 2017; MEDEIROS, 2006; OLIVEIRA & MESQUITA, 2018; RIBEIRO, COSTA & SANTIAGO, 2018); produtos midiáticos em que estamos representadas (BORGES & SPINK, 2009 e 2011; SANTOS, 2018; BATISTA E SOUZA, 2019; MARTINS, 2019).

Ainda que não discutam conceitualmente as lesbianidades, alguns desses textos trazem indícios do que se reconhece como tal, apontando para a questão identitária (como em SILVA,



2018; MEDEIROS, 2006; FERREIRA & GROSSI, 2014) e o corpo (como em SILVA, 2018; MACIEL & GARCIA, 2015; BATISTA & SOUZA, 2019). Há, também, diálogos interseccionais, relacionando lesbianidades e negritude (como em LIMA, 2018; BRITO, 2018). Cabe, ainda, registrar o questionamento à própria categorização das mulheres lésbica e à pertinência de seguir discutindo gênero e sexualidade a partir de categorias estanques - com lésbicas, gays e bissexuais (SILVA, 2018; MEZZARI, 2019; PAIVA & VERAS, 2016).

Entre os textos que se propõem a entrar mais aprofundadamente na discussão sobre o que se entende por lesbianidade, as abordagens mais presentes dizem respeito ao desejo e ao sexo; ao corpo; e à ideia de que as lesbianidades são por si só revolucionárias, em consonância ao bordão *sapatão é revolução!* Tais marcadores remetem novamente às discussões de Rich (2019) e Wittig (1980), que ganharam visibilidade nas décadas de 1970 e 1980.

Rich (2019) reivindica o uso das expressões continuum lésbico e existência lésbica, argumentando que o termo lésbica foi de tal maneira tomado pela medicalização e, mais amplamente, pelo patriarcado que as diversas formas de amizade e companheirismo entre mulheres foram separadas do caráter erótico, o que o apartaria, estabelecendo um fechamento em si mesmo. De maneira ampla, apresenta a ideia de um continuum lésbico que abarcaria não apenas as mulheres que mantêm relações sexuais ou sentem desejo consciente por outras mulheres, mas, muito além disso, valorizaria

aspectos da identificação das mulheres tão diversos como as amigas impudentes e íntimas de meninas de oito ou nove anos e a associação daquelas mulheres dos séculos XII e XV, conhecidas como Beguinas, que “compartilhavam casas, alugavam-nas entre si, legavam casas às companheiras de quarto... em casas baratas subdivididas nos bairros dos artesãos”, que “praticavam a virtude cristã por conta própria, vestindo-se e vivendo de forma simples e não se associando com homens”, que ganhavam seu sustento como fiandeiras, padeiras, enfermeiras, ou que administravam escolas para meninas, e que conseguiram – até que a Igreja lhes obrigasse a se dispersar – viver independentes tanto de casamento como das restrições dos conventos. Isso nos permite relacionar essas mulheres com as mais célebres “lésbicas” da escola de mulheres de Safo no século VII a.C, com as irmandades secretas e redes econômicas relatadas entre as mulheres africanas, e com as irmandades chinesas de resistência ao casamento – comunidades de mulheres que recusavam o casamento ou que, se casadas, muitas vezes se recusavam a consumir seu casamentos e logo deixavam os maridos - as únicas mulheres na China que não tinham os pés amarrados e que, segundo nós conta Agnes Smedley, festejavam os nascimentos das filhas e organizavam bem-sucedidas greves de mulheres nas fábricas de seda (2019, p. 69-70).

A abordagem de Rich encontra críticas entre outras feministas, como Rubin e Wittig, que apontam que a ampliação demasiada pode deslegitimar desejos e experiências de mulheres

“que, de fato, estabeleciam relações e relacionamentos afetivo-sexuais com outras mulheres” (FREITAS, 2019).

Mas, por sua vez, Wittig também não circunscreve à dupla sexo/desejo as vivências lésbicas, fazendo deslizar a discussão do campo sexual para o político. Para ela, “as lésbicas não são mulheres” (1980, p. 6) e o termo “mulher” tem significado apenas em sistemas de pensamento heterossexuais e em sistemas econômicos heterossexuais” (1980, p. 6). Assim, Wittig caracteriza a heterossexualidade como uma espécie de regime político recusado pelas lésbicas que, por permanecerem alheias à dominação masculina, não poderiam ser enquadradas como mulheres e, por também não poderem ser vistas como homens, estariam além da categoria do sexo/gênero (LESSA, 2007).

No rol de artigos analisados, é recorrente a discussão da lesbianidade para além do desejo/sexo, frequentemente marcada pelas discussões de Wittig (1980). Wermuth & Canciani (2018) apontam que “o relacionamento entre mulheres não se pauta somente em práticas homoeróticas” (p. 1369); Carmo (2018) destaca um conjunto de características ao registrar que, em sua pesquisa, a lesbianidade “se erige em oposição à feminilidade supostamente inerente à ‘mulher’” (p. 208); ao se voltarem ao universo de jovens feministas, Ribeiro, Costa & Santiago (2012) discutem que, “no universo riot, ter experiências sexuais com mulheres não faz (...) com que as garotas que experimentam ou tenham relações casuais com outras mulheres deixe de ser considerada heterossexual” (p. 235); Toledo e Teixeira Filho dizem que “Apenas sentir desejo/atração pelo mesmo sexo ou ter relações/práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo não define a subjetividade” (p. 740), apontando para a questão da identidade. De forma mais pungente, Boucier, entrevistada por Ferreira e Grossi (2014), afirma que “faz tempo que as lésbicas não são ‘mulheres que trepam com mulheres’” (p. 923).

Se a dupla desejo/sexo não é por si só definidora de uma identidade, ainda assim as referências a ela seguem presentes nos textos listados. A questão que salta aos olhos é que *apenas* desejo/sexo são insuficientes para garantir uma identidade lésbica. Entendemos que delimitar tal identidade exclusivamente em função do desejo e do sexo, além de isolá-la de debates sociais, políticos e econômicos, traz também riscos relevantes, como a exclusão de mulheres que, por questões sociais ou fisiológicas, em algum momento de suas vidas deixaram de sentir desejo, ainda que sigam se identificando como lésbicas.

Mas, deslocar a discussão das lesbianidades para além do sexo é uma necessidade e é também um risco. O movimento, no final do século XX, de ampliar a discussão das

lesbianidades foi fundamental à busca por direitos e à ampliação de dimensões como a política, socioeconômica e cultural; a própria existência de um feminismo lésbico é um dos frutos desse deslocamento. Por outro lado, deixar em segundo plano as questões relativas a sexo e desejo - ou circunscrevê-las ao âmbito dos debates medicalizados - contribuiu para a percepção de que sexo e desejo são menos importantes para as lésbicas, menos presentes do que entre os homens gays por exemplo, tendo em vista a percepção social cotidianamente reforçada de que mulheres sentem menos desejo e apreciam menos o sexo do que os homens (ARC, 2009; GIMENO, 2008; MÍCOLLIS & DANIEL, 1983).

Vale notar que, ainda que haja consonância entre a pouca visibilidade de mulheres lésbicas e a baixa produção acadêmica sobre as lesbianidades, essa coerência não se mantém no que tange à percepção social sobre sexo e desejo, como já dissemos. A dupla sexo/desejo parece ganhar espaço nos debates acadêmicos contemporâneos. Tanto é que os outros dois marcadores presentes em nosso levantamento, o corpo e o pretense caráter revolucionário das lesbianidades, aparecem conjuntamente a essa dupla e guardam relação direta com ela: sexo e desejo se dão a partir de um corpo, envolvendo ao menos um outro corpo; a ideia de sapatão como revolução está ligada a uma visada política do sexo e do corpo.

Nesse sentido Rojas (2016) afirma que “Un cuerpo lésbico es un cuerpo de mujer que se conoce, que se gusta, que se explora, que se ama, que se toca, que tiene intimidad consigo misma, que sabe del placer que hay en su propio cuerpo y que promueve que otras mujeres hagan y sientan su cuerpo” (p. 18). Na mesma linha, Wermuth & Canciani (2018) relacionam uma identidade lésbica ao “fato de tornar-se sujeito de seu desejo e de sua sexualidade em um mundo onde as mulheres são vistas, ao contrário, como objetos (...). É possível entender o caráter subversivo e a resistência da mulher lésbica como um corpo político (p. 1369)”. Argumentos similares são defendidos ainda por Abreu (2018) e Grillo & Lanzarini (2018).

Apresentadas de forma a valorizar a sexualidade e, em alguns casos, dar a ela um caráter central, tais abordagens remetem fortemente às ideias de Wittig (1980). Fazemos, aqui, uma ressalva: fundamental ao desenvolvimento de um pensamento crítico sobre a lesbianidade e seu lugar entre as mulheres, a discussão da teórica do feminismo materialista francês traz para nossos ombros uma carga revolucionária e política que nem todas estamos dispostas a acolher. Ou, como lembra Guasch, em entrevista a Paiva & Veras (2016), é preciso considerar que “Pode-se ser lésbica de muitas maneiras”.

Ainda que estejamos de acordo com as potencialidades de subversão à norma de gênero advindas de algumas vivências lésbicas, tal potência antinormativa das lesbianidades convive com uma série de outras negociações com a norma, compostas por negativas e, frequentemente, por várias reafirmações. Mesmo que tenhamos em mente que a identidade lésbica é coletivamente constituída (FERREIRA & GROSSI, 2014; ABREU, 2018), é importante questionar a unicidade que se atribui “à mulher lésbica” (GRILLO & LANZARINI, 2018; ROJAS, 2016).

Portanto, o reconhecimento do caráter antinormativo presente às lesbianidades precisa estar aliado à possibilidade legítima de vivências múltiplas, sejam elas voluntariamente politizadas ou não. Nesse sentido, Rojas (2016) defende que tanto as vivências que encaram a lesbianidade como ato de rebeldia, como aquelas que o fazem às escondidas, de maneira parcial ou total, são desobedientes à norma de gênero e, portanto, têm caráter político. Mezzari (2019) lembra que é “Importante não perder de vista que as categorias que nós mesmas criamos para nos nomear também podem operar por meio de critérios violentos. Aos nossos próprios olhos nos transformamos em ‘mais lésbica’ ou ‘menos lésbica’; ‘mais ou menos sapatão’” (p. 18), apontando para o caráter coercitivo e novamente normalizador de tais parâmetros.

Assim, apesar da identidade coletiva e da inerência de alguma antinormatividade, entendemos que são igualmente legítimas as diversas práticas e identidades marcadas pelas lesbianidades, sejam elas menos ou mais centralmente sexuadas, politizadas, normativas etc.

### **3.2 - O que entendemos como lesbianidade**

A partir de tais discussões, descrevemos o que temos entendido como lesbianidades. Para tal, partiremos aqui da afirmação de Guasch (PAIVA & VERAS, 2016) de que há modos diversos de ser lésbica, o que significa, do nosso ponto de vista, também negar uma essência às lesbianidades. Assim, diferentes formas de vestir, de desejar, de amar e compartilhar a vida cotidiana, de andar, de fazer sexo, de resistir e de ser dócil, de se aproximar e se afastar dos papéis de gênero... uma grande variação de vivência deveria caber nas lesbianidades.

A determinação de um recorte para o que se enquadraria na ideia de lésbica e para a adequação da adoção do termo segue a ressoar em nós. A partir de pontos de vista diversos aos textos com os quais dialogamos anteriormente, Agostini (2010) aponta um patamar mínimo como definição de lésbica, como mulheres que preferem se relacionar sexualmente com mulheres. Facchini, por motivos operacionais, adota “mulheres com práticas homoeróticas”

(2008, p.199). Pinheiro (2018) registra o uso de Mulheres que Amam Mulheres (mam, ou, nos fandoms analisados por ela, Women Who Love Women, representado pela sigla wlw). Similar ao mam, o MSM, ou mulheres que fazem sexo com mulheres, é usado por abordagens epidemiológicas - nos dois casos, com a possibilidade de incluir mulheres bissexuais e outras que preferem não se identificar na sigla LGBT, escapando à delimitação identitária.

Mas se afastar da noção de identidade, ainda que importante para abordagens como a epidemiológica, também traz desvantagens. Em primeiro lugar, é preciso pontuar o óbvio: todo recorte é excludente. Ao adotar o MSM, por exemplo, as abordagens epidemiológicas ampliam o escopo de políticas para além das lésbicas autoidentificadas, mas deixa escapar as mulheres que se identificam como lésbicas, mas não são adeptas a práticas sexuais. O mesmo vale para o mam, com um agravante: ao apontar especificamente para o amor, e não para a sexualidade, o mam também desconsidera mulheres que fazem sexo com mulheres sem um envolvimento amoroso e pode ajudar a fortalecer a ideia da mulher como um ser pouco sexuado (ARC, 2009; GIMENO, 2008; MÍCOLLIS & DANIEL, 1983).

Por outro lado, a reafirmação da identidade lésbica, secundarizada em termos como MSM e mam, é tida como muito importante por vários segmentos envolvidos direta ou indiretamente com as homossexualidades, como os movimentos sociais (ALMEIDA & HEILBORN, 2008) e grupos de mulheres periféricas (MEDEIROS, 2006) - ainda que, como defende Laclau (1986), a flexibilidade seja inerente à percepção das identidades e que a interseccionalidade não possa ser desconsiderada.

Almeida e Heilborn (2008) ainda apontam a construção da identidade lésbica como um processo que imprime mudanças ao corpo - ainda que entendamos tal alteração como possível, mas não obrigatória. Para Brandão (2010), a construção das identidades lésbicas é um processo social que articula o gênero, a sexualidade e os afetos. Entretanto, ressalta que nenhum desses elementos é estático como a definição de uma identidade pode pressupor, apontando os riscos de se fixar uma identidade.

Chegamos, assim, a uma dupla ideia de lesbianidade, como prática e identidade. Por um lado, é possível se identificar como lésbica - e tal afirmação deve bastar para além de qualquer questionamento. Mas também é possível olhar a questão de forma menos marcada pela identidade, a partir de práticas cotidianas que independem de alguém se afirmar como algo. Nesse sentido, uma mulher pode, por exemplo, fazer sexo com outra(s), se envolver de forma romântico-afetiva ou imprimir mudanças ao seu corpo que aproximem sua aparência

física à de butches sem se identificar como lésbica. Tais práticas, socialmente vistas como caracterizadoras das lesbianidades, se inseririam em uma espécie de continuum lésbico, mas são insuficientes para delimitar identidades - poderiam ser vividas por mulheres que se identificam como bissexuais ou mesmo como heterossexuais, como discutem os artigos analisados. Não cabe a ninguém determinar, externamente, o ponto de divisão entre práticas e identidade lésbica, se trata de algo subjetivo.

#### 4 - Instagram como plataforma para expressão das lesbianidades

A publicação de perfis relacionados às lesbianidades no Instagram aponta para uma questão contraditória: ao mesmo tempo em que possibilita a circulação de conteúdos que nunca tiveram uma visibilidade ampliada, como as imagens relativas às diversas vivências das lesbianidades, a plataforma também limita a circulação desses conteúdos, quase que o restringindo às pessoas que já têm uma ligação anterior com a temática.

Tal contradição se aplica não apenas aos perfis lésbicos, mas a todos, e está relacionada à maneira como o Instagram, que entendemos aqui como uma plataforma, faz a mediação dos conteúdos nele publicados, os filtra, hierarquiza e faz circular. Entender essa dinâmica ajuda a compreender como as hierarquias estão traduzidas algorítmicamente e como se dão as resistências.

A ideia de plataforma aqui adotada surge como uma maneira de politizar o debate a respeito das mídias sociais. Grandes corporações como o Google, que também responde pelo YouTube; e o Facebook, que detém o Instagram e o WhatsApp, têm um histórico de se afirmarem publicamente como neutras, declaram que não são empresas de mídia, mas plataformas tecnológicas.

Google, Facebook e outras plataformas apontam seu algoritmo como garantia dessa neutralidade, como se um conteúdo curado algorítmicamente não sofresse intervenção humana e, portanto, estivesse livre de vieses. Nesse sentido, Gillespie (2018) lembra que, frente à “promessa da objetividade algorítmica”, é preciso perceber que não se conhecem “os critérios pelos quais os algoritmos determinam o que é relevante” (GILLESPIE, 2018, p. 98). Tais critérios são ocultos aos usuários das plataformas, tratados como segredos industriais.

Van Djick afirma que “As plataformas não são construtos neutros ou livres de valores; elas seguem normas específicas e têm valores inscritos em sua arquitetura” (2018, p.3). Mesmo

que, como diz Gillespie (2018), o tipo de valor ou crença traduzidos numericamente nos algoritmos não seja claro a quem acessa as plataformas.

A partir de tal percepção, Van Dijck (2013) destaca que, como se tratam de construtos sociotécnicos, é preciso analisar as plataformas olhando para dimensões múltiplas (VAN DIJCK, 2013) e ressalta sua influência na sociedade (VAN DIJCK, 2018). A autora descreve seis dimensões (ou camadas) constitutivas das plataformas: a tecnológica, a dos usuários/uso, a de conteúdo, a de propriedade, a de governança e o modelo de negócios. Mais especificamente, descreve as plataformas como

as provedoras do software, (algumas vezes) do hardware e dos serviços que ajudam a codificar atividades sociais em uma arquitetura computacional; processam (meta)dados por meio de algoritmos e protocolos formatados para apresentar sua interpretação lógica em forma de interfaces amigáveis com padrões de configurações que refletem as escolhas estratégicas de seus proprietários (VAN DIJCK, 2013, p. 29).

Tais escolhas estratégicas são frutos de negociações feitas com a indústria de conteúdo, os governos, as entidades de representação de parcelas da sociedade - incluindo as religiosas -, entre outros atores. Se aliam à busca por manter os usuários on-line o máximo de tempo possível e à quantificação da mediação. Compõem, assim, um regime de visibilidade que é mais amplo do que as próprias plataformas.

Nesse contexto, os algoritmos, ao mesmo tempo em que indicam novas publicadoras de conteúdo sobre as lesbianidades a quem já segue outras, contribuindo para a visibilidade de mais perfis dentro de uma rede, tende a não fazer tais indicações a pessoas que ainda não tiveram contato com conteúdo sobre o tema, restringindo sua circulação. Ou seja, por questões que vão da venda de anúncios à governança; da busca por um conteúdo desejado por quem acessa a plataforma às disputas com a indústria tradicional de entretenimento; as plataformas contribuem simultaneamente para que o conteúdo sobre as lesbianidades circule mais dentro das mesmas redes, mas menos fora delas. Afetam, assim, a sociabilidade de maneira ampliada, não apenas em ambientes on-line.

Ao partir de um histórico individual para hierarquizar os conteúdos oferecidos a cada usuário, priorizando a quantidade de visualizações que cada imagem tem, os algoritmos tendem a reforçar posições preexistentes de quem acessa, sejam elas homofóbicas ou de valorização das lesbianidades. O que pode, à primeira vista, soar como neutralidade, é um posicionamento que privilegia as posições pré-concebidas de usuários de plataformas e pode inclusive ser visto,

em relação à nossa discussão, como uma forma de omissão frente a questões como as violências de gênero, que encontram eco numericamente mais elevado do que o combate às discriminações, por exemplo.

Mas há também resistências. No caso dos perfis autoidentificados como de lésbicas, as imagens relacionadas ao sexo, por vezes de forma explícita, são um bom exemplo. Boa parte das plataformas têm regras que vetam a publicação de conteúdo sexualmente explícito e mecanismos automáticos excluem tais conteúdos imediatamente após a sua postagem. Mas, dentre os perfis analisados, encontramos com frequência a presença de imagens explícitas do sexo entre mulheres, como mostram as FIG. 1, FIG. 2 e FIG. 3.

Além de burlarem as regras do Instagram, as FIG. 1 a FIG. 3 também vão de forma bastante incisiva contra a ideia de que mulheres lésbicas não transam. Ainda que deixemos para uma seção adiante a discussão sobre as imagens e seu conteúdo, vale registrar o fato de que as quatro imagens, de maneira a discordar do comportamento normatizado para mulheres, mostram o sexo sem elementos explícitos de romance, focam no sexo pelo sexo, de maneira que é impossível dizer se há um envolvimento amoroso entre as envolvidas.



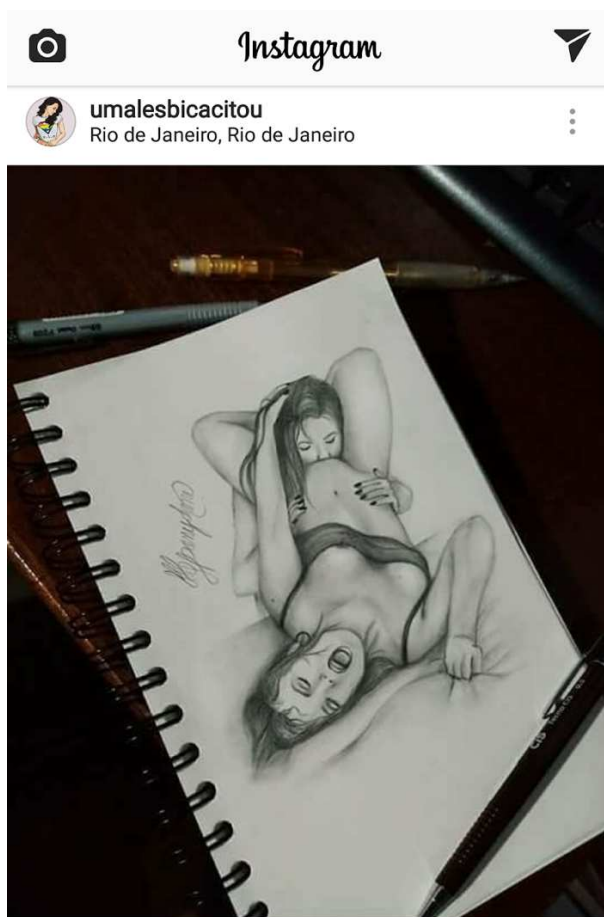


FIGURA 1 - imagem de sexo oral entre mulheres publicada no Instagram  
FONTE - perfil @umalesbicacitou



FIGURA 2 - imagem de sexo entre mulheres publicada no Instagram  
FONTE - perfil @momentolgbt

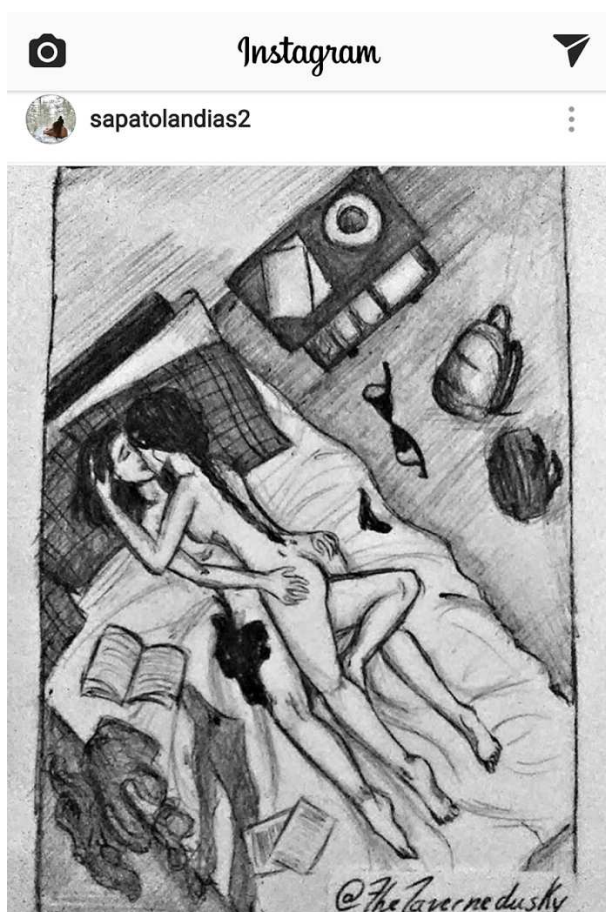


FIGURA 3 - imagem de sexo entre mulheres publicada no Instagram  
FONTE - perfil @sapatolandias2

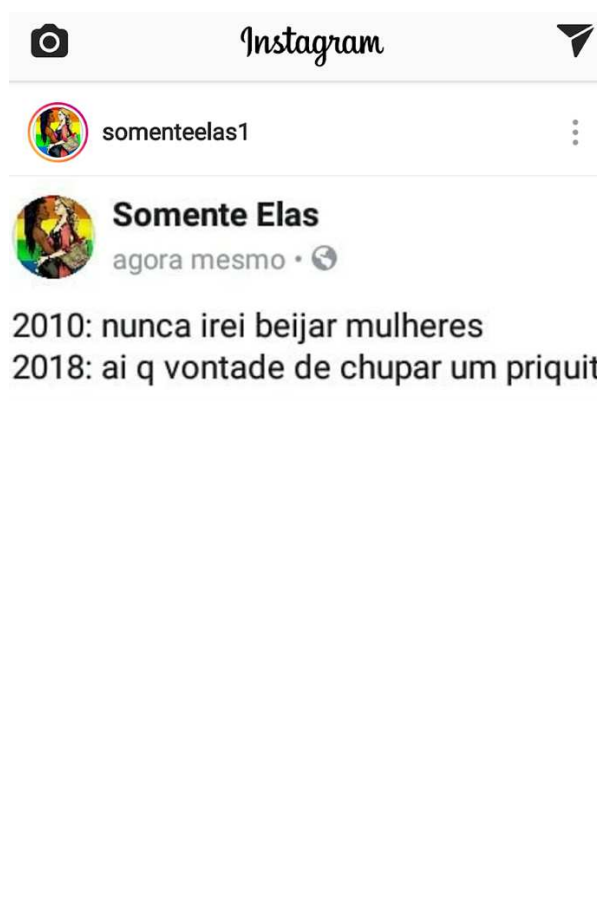


FIGURA 4 - imagem composta por texto publicada no Instagram  
FONTE - perfil @somenteelas1

As FIG. 1 a FIG. 3 se utilizam de uma fragilidade dos mecanismos de detecção de imagens vetadas pelos termos de uso do Instagram, que encontram dificuldades ao decodificar as ilustrações. Ao explorar essa fragilidade da plataforma, tais imagens também possibilitam que temas variados que compõem a experiência das lesbianidades sejam disseminados, o que permite uma elaboração acerca da própria sexualidade entre lésbicas, contribuindo para retirar essas práticas sexuais da invisibilidade, ainda que de forma limitada pelo acesso ao aplicativo e pela curadoria algorítmica.

Há, ainda, as pequenas resistências. Para desenhar o sexo entre mulheres e, assim, fazer circular narrativas sexuadas das lesbianidades, é preciso primeiro saber desenhar. Para usuárias que não dominam essa habilidade, entretanto, duas possibilidades foram encontradas nos perfis aos quais nos voltamos. A primeira é a republicação. A FIG. 3, por exemplo, é uma imagem republicada do perfil @thelavernedusky, composto quase que exclusivamente de ilustrações

de sexo entre mulheres. Já a FIG. 4 é um print de tela de outra plataforma. Em ambos os casos, as imagens, ao mesmo tempo em que contornam as limitações ao veto à publicação de conteúdo sexualmente explícito, também possibilitam que pessoas que não sabem desenhar o façam.

## 5 . Narrativas sobre lesbianidades a partir da própria experiência

*e/u seguro teu rosto entre m/inhas mãos, e/u te falo, tua língua grande passa sobre meus olhos, tu m/e seduzes os ombros os seios os braços a barriga a vulva as coxas, vem um momento onde toda febril tu m/e prendes sobre tuas costas m/inha loba m/eus braços ao redor de teu pescoço m/eus seios m/inha barriga apoiados em tua pele m/inhas pernas te envolvem os quadris m/eu sexo roçando tua cintura, tu comesças a galopar.  
O corpo lésbico, Monique Wittig*

Até este ponto do trabalho discutimos questões fundamentais para a reflexão aqui proposta. Entendemos as lesbianidades de forma ampliada, como identidade e como prática, e tal percepção nos permite voltar o olhar para o que as narrativas e expressões das práticas de mulheres lésbicas nos dizem acerca das múltiplas experiências das lesbianidades. Pensando em registrar 1) que a sexualidade se dá a ver de fato nos perfis lésbicos; 2) que isso acontece de maneira diversa e inequívoca; apresentamos e tecemos considerações sobre imagens publicadas em perfis do Instagram que se identificam como relacionados às lesbianidades.

As imagens foram reunidas a partir de coleta realizada em perfis que contém, em seu título ou descrição, identificação com as lesbianidades (como o uso do termo lésbica, sapatão ou a adoção de símbolos como ♀ e ✂). No total, foram reunidos 178 perfis. As imagens apresentadas foram selecionadas de forma aleatória, apenas para ilustrar o ponto de vista defendido. Entretanto, cabe registrar que imagens similares às aqui listadas (e outras de cunho diverso, mas também referente à sexualidade) são frequentes nos perfis analisados - assim como sua repetição, uma vez que são repostadas entre os perfis mais seguidos.

De modo geral, ainda que sejam frequentes as postagens de imagens com a presença dos corpos de mulheres em contextos sexuais, eles não são estritamente necessários. Muitas das imagens que encontramos dialogam com uma espécie de imaginário compartilhado por mulheres lésbicas acerca das suas próprias práticas sexuais.



2.214 curtidas

lesbicalizouof É tão bom acordar logo cedo assim contigo ❤️

FIGURA 5 - imagem de sexo entre mulheres publicada no Instagram  
FONTE - perfil @lesbicalizouof



198 curtidas

nosso\_mundo\_ Terminar a sexta-feira assim com a @ 😊

FIGURA 6 - imagem de sexo entre mulheres publicada no Instagram  
FONTE - perfil @nosso\_mundo\_

No que diz respeito ao conteúdo, podemos notar algumas recorrências. Nas postagens que apresentam casais há uma centralidade do corpo da mulher, acionando as lesbianidades através de um reconhecimento de um desejo compartilhado - de estar naquela cena da imagem com outra mulher. É o fato de tornar-se sujeito do seu próprio desejo, em um contexto social em que as mulheres são muitas vezes vistas como objetos (TOLEDO & FILHO, 2010), que está evidenciado nas imagens. Termos como lésbica ou sapatão não são mencionados, deixando pressuposto que aquele conteúdo já tem um destino específico que não precisa ser explicitado. Nas legendas, vemos frases como “terminar a sexta-feira assim com a @” (FIG. 6) e “É tão bom acordar logo cedo assim contigo” (FIG. 5) que demonstram esse aspecto e naturalizam a experiência sexual lésbica.



FIGURA 7 - imagem que remete a sexo oral publicada no Instagram  
FONTE - perfil @momentolgbt



FIGURA 8 - imagem composta por texto publicada no Instagram  
FONTE - perfil @somenteelas1



FIGURA 9 - imagem que remete a sexo com as mãos publicada no Instagram  
FONTE - perfil @lesbionalidad3\_ofc

Conteúdos que exploram brincadeiras, memes e expressões de um imaginário compartilhado entre as mulheres lésbicas também predominam. Referências ao sexo oral, que nas práticas sexuais heteronormativas muitas vezes é entendido como parte das preliminares, mas que é apontado como uma das principais formas de obtenção de prazer pelas mulheres, também são expressivos. Além do sexo oral, outro destaque é o uso das mãos nas práticas sexuais, também presentes nas postagens indicando um saber partilhado acerca das especificidades do sexo lésbico.



FIGURA 3 - imagem composta por texto publicada no Instagram  
FONTE - perfil @lesbionalidad3\_ofc



FIGURA 4 - imagem que remete a excitação sexual da mulher publicada no Instagram

Singularidades do corpo da mulher também estão presentes. Molhar a calcinha e ficar molhada, como aquilo que demonstra que a mulher está excitada, são utilizados como chaves de sentido em algumas postagens, tornando-se uma espécie de gatilho erótico nas imagens e legendas. Assim, não mais ficar erétil, mas sim molhar a calcinha é o marcador da sexualidade nesses conteúdos, tornando o corpo da mulher como central, contribuindo para um outro entendimento da prática sexual, que deixa de ser falocêntrica.

### Considerações finais

Esse texto faz parte de um esforço no sentido de ampliar a visibilidade acadêmica das lesbianidades, tão parcamente presente na produção nacional e internacional. Ao abordarmos os processos de invisibilização, tanto da sexualidade feminina, como das experiências de lesbianidades e, conseqüentemente, das práticas sexuais de mulheres lésbicas, é necessário ter em mente que a norma que nos invisibiliza não destrói as nossas possibilidades de expressão. É exatamente esse jogo, essa disputa, entre o caráter compulsório da heterossexualidade como projeto político e as microressistências, das quais a identidade lésbica é um dos instrumentos, que foi o foco da nossa atenção neste trabalho.

Nesse sentido, o Instagram como uma plataforma com dinâmicas específicas possibilita a disseminação de narrativas de si que, por sua vez, permitem que mulheres lésbicas com acesso a esse ambiente partilhem vivências, se reconheçam nas cenas ali presentes e conheçam mais acerca das lesbianidades e das particularidades do sexo entre mulheres, tão apagadas em outros contextos midiáticos. Por outro lado, a plataforma também é elemento limitador da circulação dessas imagens, restringindo sua visibilidade.

Ainda assim, as narrativas publicadas por mulheres lésbicas a respeito de uma experiência compartilhada de lesbianidade permite e potencializa um reconhecimento da própria identidade, promovendo uma espécie de sociabilidade lésbica, que não se restringe às plataformas de mídia social, mas transborda para outros espaços. Por fim, é necessário ressaltar que não temos a intenção de homogeneizar os sujeitos e as suas experiências a partir da orientação sexual, uma vez que há uma multiplicidade de corpos e desejos, mas sim compreender tais narrativas como expressões importantes sobre as lesbianidades e chamar atenção para as formas como elas tornam um pouco menos invisíveis as práticas sexuais entre mulheres.

## Referências

- ABREU, Maira. Nosotras: feminismo latino-americano em Paris. *Revista Estudo Feministas*. 21(2). Mai./Ago. 2013.
- ARC, Stéphanie. *As lésbicas: mitos e verdades*. São Paulo: GLS, 2009.
- ALMEIDA, G. Argumentos em torno da possibilidade de infecção por DST e Aids entre mulheres que se autodefinem como lésbicas. *Physis-Revista de Saúde Coletiva*, v. 19, n. 2, p. 301-311, 2009.
- ALMEIDA, Gláucia & HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. *Gênero*, v. 9, n. 1, 2o sem. 2008. P. 225-249.

- BARBOSA, R.M.; FACCHINI, R. Acesso a cuidados relativos à saúde sexual entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, sup 2, p. S291-S300, 2009.
- BATISTA, Daniela Conegatti e SOUZA, Jane Felipe. A lesbianidade materializada nos corpos (nem tão) femininos. *Sexualidad, Salud y Sociedad*. Abr. 2019.
- BORGES, Lenise Santana & SPINK, Mary Jane Paris. Repertórios sobre lesbianidade na mídia televisiva: desestabilização de modelos hegemônicos. *Psicologia & Sociedade*. V. 21, n.3: 442-452. 2009.
- BORGES, Lenise Santana. Mídia e lesbianidade: uma análise sobre posicionamentos na telenovela Senhora do Destino. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*. V. 4, n. 1, p. 60-72. Jun. 2011.
- BRITO, Jaqueline Gil. "Can I Be Me?": A estrela Whitney, uma história de sucessos marcada por opressões. *Cadernos de Gênero e Diversidade*. V.4, n. 2. 2018
- CAPRONI NETO, H. L. & BICALHO, R. A. Violência simbólica, lesbofobia e trabalho: um estudo em Juiz de Fora. *Holos*. V04. 2017.
- CARMO, Íris Nery. O perigo das dobras: iconografias e corporalidades no feminismo contemporâneo. *Sociologia & Antropologia*. 8(1). Jan./Abr. 2018.
- FACCHINI, Regina. Entre umas e outras: mulheres (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo. 323p. Tese de doutorado apresentada ao programa de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.
- \_\_\_\_\_. Vinte anos depois: mulheres, (homo)sexualidades, classificações e diferenças na cidade de São Paulo. *Gênero*, v. 9, n. 1, 2o sem. 2008. P. 195-223.
- FERREIRA, Vinicius Kauê & GROSSI, Miriam Pillar. Teoria queer, políticas pós-pornô e privatização da sexualidade: uma conversa com Marie-Helene Bourcier. *Revista Estudos Feministas*. V. 22, n. 3. 2014.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FREITAS, Rafaela V. Tesouradas. Gênero e sexualidade nas representações das lesbianidades. In: FERRÃO, Dalcira; CARVALHO, Lucas H. & COACCI, Thiago (Org.). *Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual: saberes em diálogo*. Belo Horizonte: CRP04, 2019. P. 196-220.
- GILLESPIE, Tarleton. A relevância dos algoritmos. *Parágrafo*. V 6, n. 1. Jan./Abr. 2018
- GIMENO, Beatriz. *La construcción de la lesbiana perversa: visibilidad y representación de las lesbianas en los medios de comunicación: el caso Dolores Vázquez-Wanninkhof*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2008.
- GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio & FERNANDES, Marisa (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.
- GRILLO, Camila Karla e LANZARINI, Ricardo. Fixidez e a desconstrução: uma discussão sobre a identidade lésbica invisibilizada nas artes. *Ártemis*. V. 25, n 1. Jan./Jun. 2018.
- LEITE, Letícia Batista Rodrigues. Quando a "décima musa" inspira raps e tambores: dos usos políticos da figura de Safo por vozes lésbicas e feministas no Brasil contemporâneo. *Heródoto*.v. 2, n. 2. Dez. 2017.
- LESSA, Patrícia. O feminismo-lesbiano em Monique Wittig. *Ártemis*, v. 07, dez. 2007. P. 93-100.
- LIMA, Fátima. Raça, Interseccionalidade e Violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. *Cadernos de Gênero e Diversidade*. V. 4, n. 2. 2018.
- MACIEL, Patrícia Daniela & GARCIA Maria Manuela Alves. A lesbianidade como arte da produção de si e suas interfaces no currículo. *Anais da 37ª Reunião Nacional da ANPEd*. Out., 2015.
- MARTINS, Larissa Pinto. Quebrando o tabu: visibilidade lésbica através dos boletins Chanacomchana. *RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*. V.05. Abr. 2019.
- MEDEIROS, Camila Pinheiro. "Uma família de mulheres": ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo. *Revista Estudos feministas*.v. 14, n. 2. Mai./Set. 2006.
- MEZZARI, Danielly Christina de Souza. Lesbianidades e monstrosidades em pesquisa – Apontamentos sobre as errâncias da escrita. *Revista Espaço Acadêmico*. 19(216). 2019.



- MÍCCOLIS, Leila & DANIEL, Herbert. *Jacarés e lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- OLIVEIRA, Mariana Duarte & MESQUITA, Marcos Ribeiro. Saindo do armário: a história do movimento lésbico em Maceió. *Artémis*. N. 26.2018.
- PAIVA, Antonio Cristian Saraiva & VERAS, Elias Ferreira. Sobre "peineta" e "cuero": entrevista com Oscar Guasch. *Revista Estudo Feministas*. 24(1). Jan/Abr. 2016.
- RIBEIRO, Jessyka K.A.; COSTA, Jussara C. & SANTIAGO, Idalina M.F.L. Um jeito diferente e "novo" de ser feminista: em cena, o Riot Grrrl. *Artémis*. N.13. Jan/Jul. 2012.
- RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. *Signs*, v. 5, No. 4, verão, 1980. P. 631-660.
- \_\_\_\_\_. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica (1980). In: \_\_\_\_\_. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica & outros ensaios*. A Bolha Editora: Rio de Janeiro, 2019. P. 25-108.
- ROJAS, Zicri J. O. El lesbianismo como práctica descolonizador. *Artémis*.N.21. Jan./Jul. 2016.
- RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- SANTOS, Ana Valéria Goulart. Representatividade lesbiana na obra *Amora*, de Natalia Borges Polesso. *Revista Latino Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*. V. 04, ed. especial. Fev. 2018.
- SEGATO, Rita. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. *Sociedade e Estado*, vol. XII, nº 2, julho-dezembro, 1997.
- SILVA, Zuleide Paiva. Lesbianidade Política na Bahia: que ginga é essa? *Cadernos de Gênero e Diversidade*. 4(2): 91-116. 2018.
- TOLEDO, Livia Gonsalves & TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Lesbianidades e as referências legitimadoras da sexualidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. V. 10, n. 3. 2010.
- VAN DIJCK, José. *The Culture of Connectivity*. New York: Oxford Press, 2013.
- VAN DIJCK, José; POELL; Thomas & WAAL, Martijn. *The Platform Society*. New York: Oxford University Press, 2018.
- WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi & CANCIANI, Pamela. Entre identidades e microrresistências: onde estão as lésbicas. V.02. 2018.
- WITTIG, Monique. O Pensamento Hétero. 1980. Disponível em: [https://we.riseup.net/assets/134062/Wittig,+Monique+O+pensamento+Hetero\\_pdf.pdf](https://we.riseup.net/assets/134062/Wittig,+Monique+O+pensamento+Hetero_pdf.pdf). Acesso em: 01 dez. 2018.